

SETÚBAL 30/31.03.2017

International  
Conference Risks,  
Security and Citizenship

**Proceedings** | **Atas**

Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania

**Title | Título:**

International Conference Risks, Security and Citizenship Proceedings  
Atas da Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania

**Author | Autor:**

Conference technical scientific committee  
Comissão técnico-científica da Conferência

**Organizing committee | Comissão organizadora:**

Vereador Carlos Rabaçal, José Luís Bucho e Nuno Miguel de Sousa  
(Câmara Municipal de Setúbal)

Duarte Nuno Caldeira, Mário Macedo e Américo Henriques  
(Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil)

José Luís Zêzere e Ângela Santos  
(Instituto de Geografia e Ordenamento do Território)

Boguslaw Sardinha  
(Instituto Politécnico de Setúbal)

Joana Júdice  
(Fórum Europeu de Segurança Urbana)

**Technical scientific committee | Comissão técnico-científica:**

Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira  
(Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Professor Doutor Engenheiro Carlos Sousa Oliveira  
(Instituto Superior Técnico)

Professor Engenheiro Mário Lopes  
(Instituto Superior Técnico)

Professora Doutora Boguslaw Sardinha  
(Instituto Politécnico de Setúbal)

Doutora Ângela Santos  
(Instituto de Geografia e Ordenamento do Território)

Engenheiro Mário Macedo  
(Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil)

**Design:** Paulo Oliveira

**ISBN:** 978-972-9016-53-0

Setúbal, Maio de 2017

**Editor | Edição:**

Município de Setúbal

Praça de Bocage

2901-866 Setúbal, PORTUGAL

<http://www.mun-setubal.pt/>

**International Conference Risks, Security and Citizenship**

Conferência Internacional Riscos, Segurança e Cidadania

# **Proceedings** Atas

**ICRSC**

2017

## *Participation of children and young people in disaster risk reduction: first results of a project*

### **A participação das crianças e jovens na redução do risco de catástrofe: primeiros resultados de um projeto**

---

Ana Delicado<sup>1</sup>, Jussara Rowland<sup>1</sup>, Sofia Ribeiro<sup>1</sup>, Ana Nunes de Almeida<sup>1</sup>  
e Luísa Schmidt<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 1600-189 Lisboa, Portugal, [ana.delicado@ics.ulisboa.pt](mailto:ana.delicado@ics.ulisboa.pt)

---

#### **1. Introdução**

As sociedades contemporâneas são marcadas por crescentes perigos que advêm não só do desenvolvimento tecnológico como também do agravamento de riscos naturais. No atual contexto mundial, persistem incertezas e controvérsias que impõem a necessidade de incorporar as perspetivas de cidadãos e comunidades numa governança do risco inclusiva. Apesar de destinatárias frequentes de programas e medidas de prevenção em caso de catástrofe, as crianças são sobretudo vistas como elementos vulneráveis e vítimas, ignorando-se as suas perspetivas sobre os eventos catastróficos e contributos para a redução dos riscos (Peek, 2008; Tanner, 2010). No entanto, podem ser cruciais para a definição de respostas mais eficazes ao risco de catástrofes a nível local e nacional. Este artigo dá conta dos resultados de workshops participativos desenvolvidos com crianças e jovens do município de Albufeira em torno da temática da redução do risco de catástrofes e do Exercício de Aprendizagem Mútua com stakeholders locais que se lhe seguiu, no âmbito do projeto europeu Cuidar. Este é o ponto de partida para uma reflexão sobre as dinâmicas e desafios da participação cidadã juvenil na redução do risco de catástrofe e sobre as potencialidades para replicação e rotinização deste tipo de mecanismos consultivos no âmbito do desenho e implementação de políticas públicas.

#### **2. Metodologia**

O desenho metodológico do projeto Cuidar segue de perto um projeto anterior desenvolvido pela equipa coordenadora que incidiu sobre crianças afetadas pelas inundações em Inglaterra em 2013/14 (Mort t al. 2016). Previa a realização de *workshops* participativos com crianças e jovens, seguidos de Exercícios de Aprendizagem Mútua (EAM) com a participação tanto das crianças e jovens como de representantes institucionais da área da gestão de risco de catástrofe. Os workshops no município de Albufeira decorreram em outubro de 2016 em duas escolas, com uma turma do 4º ano e um grupo de alunos do 9º ano. O EAM teve lugar em novembro de 2016 na Biblioteca Municipal Lídia Jorge.

#### **3. Resultados e discussão**

Os resultados do projeto permitem alguma reflexão sobre as dinâmicas e desafios da participação cidadã

juvenil na redução do risco de catástrofe. O que os workshops demonstram é que é possível promover atividades de consulta a crianças e jovens sobre a temática do risco de catástrofe, que estes conseguem expressar ideias e sugestões inovadoras, ancoradas na sua perspectiva própria sobre os seus contextos de vida (que podem estar ausentes dos planos oficiais), e que há uma vontade de participação, de envolvimento ativo na construção da resiliência das suas comunidades. Mas também revelam as dificuldades de implementar mecanismos consultivos ou participativos com crianças e jovens (Larkins *et al.*, 2014). Por outro lado, e do ponto de vista do desenvolvimento de políticas públicas, as iniciativas consultivas/participativas têm de ser consequentes, com efeitos práticos e visíveis. A replicação e rotinização deste tipo de mecanismos consultivos depende, pois, de dois fatores essenciais: a sensibilização dos responsáveis institucionais para a relevância de incluir as crianças e jovens no planeamento da redução do risco de catástrofe e a existência de recursos - humanos, materiais, colaborações locais – para implementar estes mecanismos.

#### 4. Referências bibliográficas

**Larkins, C., Kiili, J., Palsanen, K.** (2014). *A lattice of participation: reflecting on examples of children's and young people's collective engagement in influencing social welfare policies and practices*. European Journal of Social Work, 17 (5), 718–736

**Peek, L.** (2008). *Children and disasters: Understanding vulnerability, developing capacities, and promoting resilience-an introduction*. Children Youth and Environments 18(1): 1–29.

**Tanner, T.** (2010). Shifting the Narrative: Child-led Responses to Climate Change and Disasters in *El Salvador and the Philippines*. Children & Society 24(4): 339–351

## *Participation of children and young people in disaster risk reduction: first results of a project*

### **A participação das crianças e jovens na redução do risco de catástrofe: primeiros resultados de um projeto**

---

#### **Ana Delicado**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,  
1600-189 Lisboa

[ana.delicado@ics.ulisboa.pt](mailto:ana.delicado@ics.ulisboa.pt)

---

#### **Jussara Rowland**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,  
1600-189 Lisboa

[jussara.rowland@ics.ulisboa.pt](mailto:jussara.rowland@ics.ulisboa.pt)

---

#### **Sofia Ribeiro**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,  
1600-189 Lisboa

[sofia.ribeiro@ics.ulisboa.pt](mailto:sofia.ribeiro@ics.ulisboa.pt)

---

#### **Ana Nunes de Almeida**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,  
1600-189 Lisboa

[ana.nunes.almeida@ics.ulisboa.pt](mailto:ana.nunes.almeida@ics.ulisboa.pt)

---

#### **Luísa Schmidt**

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9,  
1600-189 Lisboa

[mlschmidt@ics.ulisboa.pt](mailto:mlschmidt@ics.ulisboa.pt)

---

### **RESUMO**

As sociedades contemporâneas são marcadas por crescentes perigos que advêm não só do desenvolvimento tecnológico como também do agravamento de riscos naturais. No atual contexto mundial, persistem incertezas e controvérsias que impõem a necessidade de incorporar as perspetivas de cidadãos e comunidades numa governança do risco inclusiva. Apesar de destinatárias frequentes de programas e medidas de prevenção em caso de catástrofe, as crianças são sobretudo vistas como elementos vulneráveis e vítimas, ignorando-se as suas perspetivas sobre os eventos catastróficos e contributos para a redução dos



riscos. No entanto, podem ser cruciais para a definição de respostas mais eficazes ao risco de catástrofes a nível local e nacional. Este artigo dá conta dos resultados de *workshops* participativos desenvolvidos com crianças e jovens do município de Albufeira em torno da temática da redução do risco de catástrofes e do Exercício de Aprendizagem Mútua com *stakeholders* locais que se lhe seguiu, no âmbito do projeto europeu Cuidar. Este é o ponto de partida para uma reflexão sobre as dinâmicas e desafios da participação cidadã juvenil na redução do risco de catástrofe e sobre as potencialidades para replicação e rotinização deste tipo de mecanismos consultivos no âmbito do desenho e implementação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** crianças, catástrofes, alterações climáticas, participação, Albufeira.

## ABSTRACT

*Contemporary societies are characterised by growing dangers caused not only by technological development but also increasing natural risks. Currently, uncertainties and controversies call for the need to encompass citizen and community perspectives in an inclusive governance of risk. Although children are frequently the target of disaster prevention and management measures, they are usually seen as vulnerable elements or victims, ignoring their perspectives on disaster events and their contribution to risk reduction. However, they can be crucial for defining more effective responses to disaster risk at the local and national level. This article describes the results of participatory workshops with children and young people from the municipality of Albufeira concerning disaster risk reduction, as well as the subsequent Mutual Learning Exercise with local stakeholders, as part of the European project Cuidar. This is the starting point for a reflexion on the dynamics and challenges of youth citizen participation in disaster risk reduction and the potential for replicating and routinizing consultation mechanisms in public policies.*

**Keywords:** children, disasters, climate change, participation, Albufeira.

---

## 1. Introdução

As sociedades contemporâneas são marcadas por crescentes perigos que advêm não só do desenvolvimento tecnológico que terá criado novos riscos (acidentes nucleares ou industriais, terrorismo em larga escala, etc.), como também do agravamento de riscos naturais em resultado dos efeitos das alterações climáticas e consequente aumento da frequência e intensidade de eventos extremos. No atual contexto mundial, persistem incertezas e controvérsias, que impõem a necessidade de incorporar as perspetivas de cidadãos e comunidades numa governança do risco inclusiva (cf. o Quadro de Sendai).

As crianças e jovens são geralmente um elemento esquecido na gestão participada do risco. Apesar de destinatárias frequentes de programas de prevenção em caso de catástrofe, as crianças são sobretudo vistas como elementos vulneráveis e vítimas, ignorando-se as suas perspetivas específicas sobre os eventos catastróficos e os seus contributos para a redução dos riscos dessas catástrofes. Eles são, no entanto, grupos cruciais para a definição de respostas mais eficazes ao risco de catástrofes a nível local e nacional.

*CUIDAR - Culturas de Resiliência e Catástrofes entre Crianças e Jovens* é um projeto internacional, financiado pela Comissão Europeia através do Programa Horizonte 2020, que procura precisamente dar resposta a esta lacuna. Define como objetivos: compreender melhor a perceção de risco, as necessidades e as capacidades das crianças e dos jovens de meios urbanos em relação às catástrofes; fortalecer a compreensão das crianças e jovens em relação às emergências e às ações que podem desenvolver para se prepararem, para prepararem as suas famílias e as suas comunidades; aumentar a sensibilização e o conhecimento sobre as necessidades das crianças e dos jovens em situações de catástrofe entre os profissionais de resposta a emergências e entre os decisores políticos; estimular uma comunicação mais eficaz entre os profissionais de resposta a emergências, as crianças e os jovens em contexto urbano; bem como melhorar a estrutura de gestão de catástrofes, as políticas e as práticas, de forma a integrar as necessidades particulares das crianças e jovens quando envolvidas em situações de catástrofes urbanas. O projeto, liderado pela Universidade de Lancaster (Reino Unido), reúne equipas de instituições académicas e organizações da sociedade civil de cinco países europeus (Reino Unido, Itália, Espanha, Portugal e Grécia).

Este artigo pretende assim dar conta dos resultados de uma das atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto: dois *workshops* participativos desenvolvidos com crianças e jovens do município de Albufeira em torno da temática da redução do risco de catástrofes e o exercício de aprendizagem mútua com *stakeholders* locais que se lhe seguiu. Este é o ponto de partida para uma reflexão sobre as dinâmicas e desafios da participação cidadã infantil e juvenil na redução do risco de catástrofe e sobre as potencialidades para replicação e rotinização deste tipo de mecanismos consultivos.

O artigo está estruturado em quatro partes. Após um breve enquadramento teórico é apresentada a metodologia utilizada. São depois descritos os resultados obtidos, seguidos de uma discussão que enuncia alguns dos desafios e limitações encontradas. O artigo termina com uma breve conclusão.

## 2. Enquadramento

O problema das catástrofes tem ganhado nova saliência nos últimos anos, à medida que a frequência e a intensidade das catástrofes – tsunamis, tempestades, terremotos, terrorismo, inundações, etc. – aumentam e se alastram com impactos crescentes aos países desenvolvidos (Tierney 2014). Até há pouco tempo, o tema do impacto das catástrofes sobre as crianças era escassamente estudado (Fothergill e Peek, 2006). Esta aparente invisibilidade das crianças contrastava com o facto de serem um dos grupos sociais que mais impactos sofre com a ocorrência de catástrofes. E quando consideradas, as crianças tendem a ser abordadas como vítimas passivas e sem capacidade de resposta, que aguardam por ajuda, uma imagem que tende a ser amplificada pelos meios de comunicação (Peek, 2008; Tanner, 2010). Por outro lado, este tema ganha nova saliência,

De forma mais concreta, pouca tem sido a atenção dedicada às necessidades e experiências das crianças e jovens em situações de desastre, às suas capacidades e competências para participar em planos de preparação e resposta a situações de emergência, na gestão de desastres, no apoio à recuperação das suas famílias e das suas comunidades, ou à sua contribuição para a redução do risco de desastres e construção da resiliência.

Contudo, em anos mais recentes, em particular com o lançamento o Quadro de Hyogo (2005-2015) e, mais recentemente, a Quadro de Ação de Sendai (2015-2030), observou-se uma mudança estratégica, dado que ambos os documentos enfatizam a participação comunitária como um elemento estruturante das suas prioridades de ação. Adicionalmente, vários estudos têm demonstrado (Tanner 2010, Lopez *et al.* 2012, Towers *et al.* 2014) que o envolvimento das crianças nas fases de prevenção e mitigação de potenciais



desastres e nas ações de salvamento, apoio e reabilitação de um desastre tem impactos positivos sobre os riscos e sobre a redução dos seus impactos.

Esta mudança surge de resto em linha com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que, no artigo 12º, afirma o direito de as crianças expressarem a sua perspetiva sobre assuntos que lhes dizem respeito e terem condições para o fazer, ao mesmo tempo que refere que as suas posições devem ser ouvidas e levadas em consideração nos processos de tomada de decisão. O envolvimento das crianças pode ser feito de múltiplas formas, entre as quais o acesso a informação, a sua capacitação através de encorajamento da sua participação nas atividades de preparação e resposta a desastres, providenciando apoio à família ou à comunidade e assegurando um tratamento equitativo. Este foco na promoção da resiliência das crianças e jovens é um investimento na resiliência das famílias e da própria comunidade (Peek, 2008). Ao mesmo tempo, é importante ter presente que, sendo as crianças um grupo vulnerável, não devem ser tratadas como um grupo homogêneo, antes devendo-se ter em conta a idade, o género ou o grupo socioeconómico (Mitchel e Bochar 2014; Ronoh, *et al.* 2015).

Entre os vários riscos a que as crianças estão expostas atualmente aqueles que estão associados às alterações climáticas têm ganho particular atenção. É reconhecido pela comunidade científica que as alterações climáticas têm como principal e mais visível consequência a ocorrência, com maior frequência e intensidade, de eventos climáticos extremos, os quais resultam, em muitos casos, em desastres ou catástrofes de dimensão significativa, cujos impactos se fazem sentir de forma mais intensa sobre os grupos mais vulneráveis, entre eles as crianças. Isto mesmo é reconhecido pela agência das Nações Unidas encarregue de trabalhar com as crianças – a UNICEF – que assumiu recentemente a necessidade de reforçar a sua intervenção sobre o tema das alterações climáticas, por o considerar como uma das grandes ameaças aos direitos das crianças no presente mas, sobretudo, no futuro.

### 3. Metodologia

O desenho metodológico do projeto Cuidar segue de perto um projeto anterior desenvolvido pela equipa coordenadora que incidiu sobre crianças afetadas pelas inundações em Inglaterra em 2013/14 (Mort *et al.* 2016). Previa a realização de *workshops* participativos com crianças e jovens (Work Package 3), seguidos de Exercícios de Aprendizagem Mútua (EAM) com a participação tanto das crianças e jovens como de representantes institucionais da área da gestão de risco de catástrofes (Work Package 4). Os *workshops* teriam como objetivos: aprofundar o conhecimento pré-existente das crianças e jovens sobre desastres e catástrofes; identificar ações que eles, os seus familiares, as suas comunidades ou outras instituições relevantes podem fazer para reduzir o risco e se prepararem para uma situação de catástrofe; capacitá-los para levarem a cabo essas ações e comunicá-las a outras pessoas e instituições relevantes. Os EAM destinam-se a: proporcionar a criação de um espaço de diálogo seguro, no qual as crianças e representantes participam e se questionam enquanto pares; estimular nas crianças e jovens o desenvolvimento de competências de comunicação, reflexão, análise e negociação; e demonstrar aos representantes institucionais presentes a relevância da inclusão da perspetiva dos mais jovens na elaboração de planos de emergência e de políticas públicas.

Tanto no caso dos *workshops* como dos EAM, a equipa portuguesa recebeu dos coordenadores dos respetivos Work Packages (Save the Children Italy e Save the Children UK) uma estrutura básica da tarefa a desenvolver, bem como sugestões de atividades a incluir. No entanto, o desenho dos *workshops* e EAM portugueses tiveram de ser criados de raiz, atendendo às escolhas de população-alvo e temáticas a abordar.

Uma vez que, ao contrário dos outros países participantes (cf. as inundações em Inglaterra, os terremotos

em Itália e Espanha), em Portugal não se registaram recentemente eventos catastróficos de magnitude assinalável (exceção feita ao aluvião na Madeira em 2010), não se poderia trabalhar com crianças e jovens diretamente afetados. Atendendo à experiência prévia da equipa de investigação, bem como a centralidade do problema acima referido, foi decidido fazer incidir os *workshops* sobre o risco de catástrofes associadas às alterações climáticas, em particular aquelas cujo impacto, atual e futuro, é considerado ser maior em Portugal e para as quais é necessário desenvolver medidas de adaptação e de criação de resiliência.

Atendendo à natureza qualitativa do trabalho a desenvolver, foram selecionadas 2 localidades (Albufeira e Loures; depois de *workshops*-piloto realizados numa escola de Lisboa) e dois grupos etários: crianças entre os 9 e 10 anos e jovens entre os 14 e 15 anos. Optou-se por desenvolver os *workshops* em contexto escolar (com turmas do 4º e 9º ano), devido à maior facilidade de recrutamento de participantes e ao apoio proporcionado pelos professores. No caso do 4º ano é selecionada uma turma para participar no *workshop*; no caso do 9º ano o grupo é composto por alunos de várias turmas que se inscrevem voluntariamente no *workshop*.

Os *workshops* são compostos por quatro sessões de duas horas em sala de aula, com eventuais visitas adicionais de acordo com as necessidades dos participantes. A primeira sessão é dedicada a consciencializar para a participação das crianças na gestão de catástrofes, através da construção de uma base de conhecimento para as sessões seguintes sustentada nos saberes prévios das crianças. A segunda sessão destina-se a aprofundar os seus conhecimentos sobre os riscos existentes ou potenciais na sua comunidade local e temas associados à redução de riscos de catástrofes, bem como investigar vulnerabilidades e capacidades da comunidade. A terceira sessão é centrada na identificação de formas de ação (prevenção, mitigação, preparação) e na criação de uma estratégia para comunicar e advogar as principais ideias sobre a participação de crianças e jovens na gestão de catástrofes. Finalmente, a quarta sessão é destinada à elaboração de materiais de comunicação e identificação dos temas e questões a abordar nos exercícios de aprendizagem mútua.

Dada a natureza eminentemente consultiva do *workshop* (com a finalidade de obter a perspetiva das crianças e jovens sobre os riscos de catástrofe e as ações que podem ser desenvolvidas), procurou-se reduzir ao mínimo a transmissão de informação durante as sessões (com a exceção de alguns conceitos) por parte dos investigadores, tentando ao invés potencializar os conhecimentos já detidos e a capacidade de procura de informação, através de uma abordagem dialógica sustentada em jogos e atividades interativas.

Os EAM decorrem aproximadamente um mês após a finalização dos *workshops*. Com a duração de duas horas, realizam-se num local “neutro” (geralmente a biblioteca municipal). São convidados a estar presentes todos os membros das Comissões Municipais de Proteção Civil, bem como representantes das escolas envolvidas e pais. Após a apresentação dos materiais de comunicação preparados pelas crianças e jovens durante os *workshops*, os representantes institucionais tecem comentários sobre os mesmos. Segue-se um período em que as crianças e jovens formulam questões a que os *stakeholders* dão resposta. No final, é pedido aos participantes declarações que resumam as ilações a tirar do EAM (“o que aprenderam”).

Tanto os *workshops* como os EAM são registados em vídeo, gravação sonora e fotografia. Estes registos são depois sujeitos a transcrição parcial. Ambas as tarefas são acompanhadas de instrumentos de avaliação: questionários e mapas conceptuais no caso dos *workshops*, questionários e grupos focais no caso dos EAM. A participação de crianças, jovens e adultos é sempre voluntária e precedida da assinatura de um formulário de consentimento informado (também assinado pelos pais das crianças e jovens participantes), acompanhado de um folheto de informação sobre o projeto (com várias versões adequadas à idade dos destinatários).

## 4. Resultados dos *workshops* e Exercício de Aprendizagem Mútua

Os *workshops* no município de Albufeira decorreram em outubro de 2016 em duas escolas, com uma turma do 4º ano e um grupo de alunos do 9º ano. O município de Albufeira foi escolhido devido ao facto de ter uma elevada exposição a riscos (cf. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Albufeira), a experiência recente de um evento climático extremo ligado a alterações climáticas (inundações na baixa da cidade e em vários pontos do concelho em novembro de 2015) e um Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) com atividades prévias de educação para o risco nas escolas. A organização dos *workshops* e do EAM contou com a colaboração direta do SMPC, que estabeleceu um primeiro contacto com as escolas e mobilizou a participação dos *stakeholders*.

### 4.1 *Workshop* com o 4º ano

O *workshop* com o 4º ano decorreu em sala de aula e com o apoio da professora titular. A turma era composta por 24 alunos (13 dos quais meninas), com idades entre os 9 e 12 anos, de múltiplas nacionalidades e etnias. Pode afirmar-se que a maioria das crianças provinha de contextos sociais desfavorecidos e muitos tinham um baixo desempenho escolar (alguns frequentavam ainda o 3º ano). Duas das crianças não dominavam a língua portuguesa.

Na primeira sessão, foi apresentado o *workshop* e a sua finalidade: consciencializar as crianças do seu direito a serem ouvidas em matérias que lhes dizem respeito, conforme descrito no artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança. Foram realizadas algumas atividades de sensibilização ao tema das catástrofes e alterações climáticas, através da visualização de um vídeo e do jogo “puzzle das catástrofes”. No final foi pedido às crianças que recolhessem informação em casa, junto dos pais, sobre eventos climáticos extremos e catástrofes relacionados com alterações climáticas que ocorreram na região de Albufeira.

Na segunda sessão, as crianças partilharam as informações recolhidas sobre catástrofes em Albufeira, tendo identificado o evento, quando ocorreu, quem e o quê foi afetado e quem ajudou a resolver a situação. A maioria das informações referiu-se às inundações de 2015, tendo também sido mencionada a queda de arribas na praia Maria Luísa em 2009 e um incêndios florestal. Com base nesta recolha, a turma decidiu escolher o risco de cheias e inundações para aprofundar durante o *workshop*. Seguidamente, e após serem introduzidos os conceitos de vulnerabilidade e capacidade, procurou-se através de um jogo com bonecos Playmobil que as crianças identificassem as instituições intervenientes em situações de catástrofe, nomeadamente as entidades representadas na Comissão Municipal de Proteção Civil, salientando, no entanto, o papel que os membros da comunidade podem desempenhar. Em geral, as crianças demonstraram conhecer os agentes da proteção civil e ter uma ideia aproximada dos seus papéis, ainda que não das tarefas específicas de cada um numa situação de emergência.

Na terceira sessão, foi proposto às crianças que pensassem em medidas de prevenção, resposta e recuperação na eventualidade de uma cheia/inundação, para três contextos distintos: casa, escolas e cidade. As medidas elaboradas variaram entre as mais próximas às recomendações das Proteção Civil (ter mantimentos, lanterna e pilhas, fechar janelas, ir para pontos altos), a conselhos mais adequados a outros tipos de risco mas que são presença regular nos planos de emergência (desligar o gás), a soluções que remetem para as reações instintivas ao cenário de uma situação com muita água (como ir para um sítio alto, ter barcos a remos e boias). De destacar ainda as medidas que indiciam a sensibilização para o recurso aos serviços especializados (“chamar a polícia e ambulância”, “ligar para o 112”) e a disponibilidade para colaborar ativamente (“alertar os outros”, “ajudar a limpar os sítios inundados”, “ir ver se ninguém se magoou”,

“chamar outras pessoas para ajudar a tirar a água”). Não foi dada às crianças qualquer indicação se as medidas estariam corretas ou não, deixando esse papel para os responsáveis institucionais no contexto do EAM. Atendendo às dificuldades de expressão escrita de muitas crianças, não se considerou apropriado sugerir-lhes a elaboração de um plano de comunicação, mas antes a realização de um desenho individual a ilustrar uma das medidas que tinham identificado como sendo importante para a redução de risco numa situação de cheia/inundação. Vários alunos elegeram a medida de subir para um sítio alto como ilustração, apesar de terem surgido outras ideias durante a discussão.

Na quarta sessão, as crianças organizaram os desenhos por grupos temáticos, por forma a construírem uma apresentação para o exercício de aprendizagem mútua. Foram também elaboradas algumas questões para apresentar aos representantes institucionais no EAM.



**Fig. 1**  
Cartaz elaborado pelas crianças do 4º ano,  
outubro de 2016

As respostas ao questionário de avaliação indiciam um elevado grau de satisfação das crianças com os *workshops*: 15 afirmaram que “gostaram muito” e 5 que “gostaram”; 15 responderam que “acham muito importante expressar as suas ideias” e 3 “importante”; 9 consideraram que o projeto lhes deu “muita oportunidade” para expressar as suas ideias e outros 9 “bastante” ou “alguma” oportunidade. Os mapas conceptuais elaborados antes e depois do *workshop* mostram que as crianças aumentaram o seu vocabulário respeitante a catástrofes e sobretudo respeitante a inundações, mas muito limitado à enumeração de diferentes tipos de desastre. Apenas uma criança incluiu uma referência aos agentes de proteção civil (polícia e hospital), paradoxalmente a que tinha maiores dificuldades com a língua portuguesa.

## 4.2 Workshop com o 9º ano

O *workshop* com o 9º ano reuniu 10 alunos de 14 anos (8 raparigas) de diferentes turmas, tendo decorrido numa sala na biblioteca da escola e contado com o apoio do professor de História e da professora de Geografia. Uma vez que houve interessados que o número limite estabelecido, os professores selecionaram os alunos com melhor aproveitamento escolar entre os candidatos.

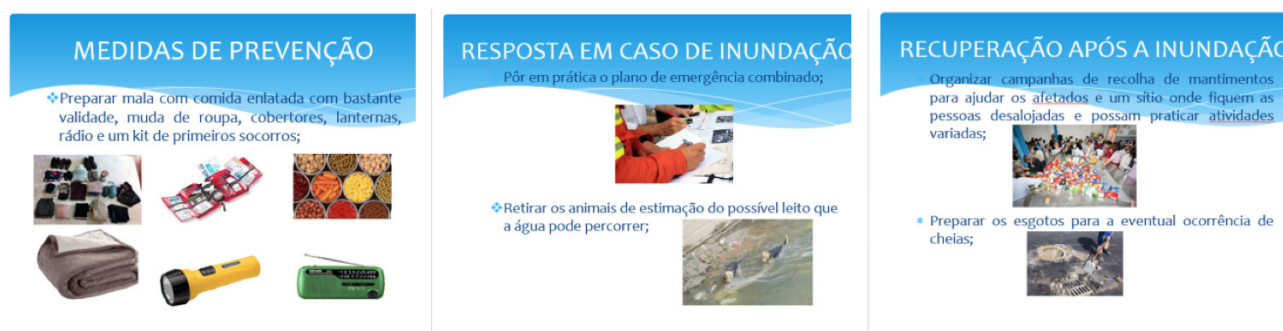
Na primeira sessão, e após clarificado o caráter voluntário da participação no *workshop* e a importância da participação dos jovens nos processos de decisão pública, os jovens debateram as suas primeiras impressões acerca do tema das catástrofes e das alterações climáticas, tendo a discussão sido estimulada por um vídeo. À partida, pareceram estar conscientes da necessidade de se prepararem para estas situações, tendo já

participado em alguns simulacros sobre incêndios e ventos fortes com a Proteção Civil. Foram abordadas durante a sessão as catástrofes causadas por alterações climáticas e, entre estas, as mais frequentes em Portugal (tempestades, ondas de calor, tornados, inundações, queda de arribas, entre outras). Os impactos destas catástrofes em algumas dimensões da vida social (como a alterações à mobilidade ou danos à população) foram discutidos através de um exercício com a “roda das catástrofes”, tendo os jovens evidenciado perceções subjetivas de risco bastante variadas. Finalmente, foi-lhes pedido que recolhessem informação sobre eventos climáticos extremos e catástrofes na zona de Albufeira, junto dos pais ou com recurso a pesquisas na internet.

Na segunda sessão, os jovens apresentaram as informações recolhidas sobre as catástrofes ocorridas em Albufeira e proximidades, destacando as inundações de 2015, a queda de arribas, um tornado e neve em Monchique em 2016. Com base nessa recolha, tal como as crianças do 4º ano, os jovens elegeram as inundações como o risco a abordar mais aprofundadamente durante o *workshop*. Utilizando como suporte um mapa da cidade de Albufeira, localizaram as zonas afetadas pelos eventos de 2015. Apesar da gravidade do evento, declararam não ter sido afetados pelas cheias, e identificaram a Proteção Civil e as municípios como principais agentes na resposta à situação ocorrida. Ainda com recurso ao mapa, pediu-se-lhes que localizassem as instituições intervenientes na proteção civil, tendo estes recorrido à internet (através do telemóvel) para o efeito. A parte final da sessão contou com a visita de um membro do Serviço de Proteção Civil, que esclareceu os jovens sobre a missão e atividade do seu serviço e a quem os jovens colocaram questões. Foi ainda recomendada a consulta do Plano Municipal de Proteção Civil (ainda que na sessão seguinte admitissem não o ter feito).

Na terceira sessão, os jovens criaram medidas de prevenção, resposta e recuperação numa situação de cheias ou inundações, para três contextos diferenciados: casa, escola e comunidade. As medidas propostas foram bastante variadas e consistentes (ligação entre as fases de prevenção-resposta-recuperação), denotando tanto a exposição a informação de proteção civil como uma atenção ao contexto que os rodeia (ex. “retirar os animais de estimação”). Tal como os mais novos, várias propostas centravam-se numa colaboração ativa em situação de emergência: “tirar a água”, “fazer voluntariado”, “cada pessoa ter um cargo na recuperação”, “organizar campanhas de recolha de mantimentos para ajudar os afetados e um sítio onde fiquem as pessoas desalojadas com atividades”. Foram feitas algumas propostas mais invulgares, provavelmente inspiradas por media audiovisuais, como construir um bunker na escola, sendo que a maioria do grupo rapidamente questionou a sua aplicabilidade. Ainda durante esta sessão, os participantes criaram um plano de comunicação, no qual definiram que a mensagem principal a transmitir no EAM seria a da importância da inclusão das opiniões e capacidades dos jovens no desenho de medidas de prevenção a catástrofe.

Durante a quarta sessão, os jovens organizaram a apresentação para o exercício de aprendizagem mútua, tendo dado início à elaboração de uma apresentação digital com medidas selecionadas, uma introdução ao tema e algumas propostas finais. O trabalho de preparação foi continuado autonomamente após a finalização do *workshop*.



**Fig. 2** Slides da apresentação elaborada pelos jovens do 9º ano, outubro de 2016



À semelhança dos mais pequenos, o grau de satisfação dos jovens com o *workshop* é bastante elevado: 9 afirmaram-se “muito satisfeitos”, 9 consideraram “muito importante” expressar ideias em público e ser ouvido, 6 declararam que o projeto lhes deu “muita oportunidade” de se expressar e 4 “bastante” ou “alguma” oportunidade. Entre os aspetos positivos destacados foram mais referidos a oportunidade de aprender, exprimir uma opinião, ajudar a comunidade, ter um papel ativo na sociedade, estar com colegas, as atividades realizadas. As críticas centraram-se apenas no horário do *workshop*. A análise dos mapas conceptuais realizados antes e depois do *workshop* revela a passagem de uma enumeração de tipos de catástrofe para a associação a novos conceitos (vulnerabilidade, alterações climáticas), mas também aos impactos das catástrofes (“medo”, “morte”, “destruição”) e às respostas: listagem de agentes da proteção civil e de palavras como “voluntários”, “ajuda”, “solidariedade”, “apoio”, “humanidade”, “reconstrução”.

### 4.3 Exercício de Aprendizagem Mútua

O Exercício de Aprendizagem Mútua subsequente aos *workshops* de Albufeira teve lugar em novembro de 2016 na Biblioteca Municipal Lúcia Jorge. Os membros da Comissão Municipal de Proteção Civil foram informados do projeto através da presença dos investigadores numa das suas reuniões mensais, tendo posteriormente recebido um relatório sobre os *workshops* e um convite para participar no EAM. O EAM contou então com a participação dos alunos do 4º e 9º ano, os seus professores e representantes das escolas, o Presidente da Câmara e a Vereadora responsável pela Proteção Civil, o Comandante do SMPC e vários dos seus técnicos, um presidente de junta de freguesia, o Comandante dos Bombeiros Voluntários, representantes da Guarda Nacional Republicana e da Autoridade Marítima, alguns pais e familiares das crianças.

Após uma breve sessão introdutória com intervenções das autoridades locais, as crianças e os jovens apresentaram os resultados dos *workshops*, designadamente as medidas de prevenção de risco de inundações desenvolvidas no âmbito das sessões na escola. Em primeiro lugar, a turma do 4º ano leu as suas propostas, grupo a grupo, perante uma projeção dos cartazes elaborados (disponíveis para consulta à entrada da sala). Os jovens do 9º ano sintetizaram as medidas com base numa apresentação *powerpoint* e, no final, fizeram uma proposta sugerindo a organização de clubes de proteção civil para os jovens nas escolas de Albufeira, de forma a alargar a participação nestas temáticas a todos os jovens do concelho, tal como se evidencia no excerto seguinte:

*A nossa proposta é criar clubes, ou seja, em cada escola do concelho de Albufeira, criar um clube sobre as alterações climáticas. Claro que para haver um clube tem que haver alunos. Portanto, o que poderia acontecer era em cada turma da escola fazer-se uma ou duas sessões com os jovens e depois ver quem está interessado. O nosso objetivo é que todos os jovens que estiverem interessados participassem também, para que pudessem dar ideias para o mundo melhorar. O Projeto CUIDAR é um bocado diferente, pois existe um limite mínimo de pessoas que podem participar e na nossa escola existiam outros alunos interessados, cheios de ideias e não puderam participar. O que quero dizer com isto é que todos os jovens de qualquer idade podem participar, podendo dar ideias superinovadoras e aplica-las aqui em Albufeira.* (aluna do 9º ano, transcrição do EAM, novembro de 2016)

No seguimento das apresentações, os representantes institucionais tiveram oportunidade de tecer os seus comentários. Todos começaram por elogiar o trabalho das crianças. Os autarcas referiram os planos em curso para mitigar os riscos identificados, mas deram particular destaque à vontade de participação das crianças, à sua disponibilidade para ajudar o próximo e a importância da cooperação entre os membros da comunidade em situações de desastre. Referiram a existência de várias iniciativas no âmbito da educação ambiental promovidos pela proteção civil e que as crianças iriam ser contactadas para participar ativamente, sublinhando ainda que todas as sugestões vindas das crianças seriam ouvidas.



Os responsáveis dos serviços de emergência, para além de referirem a sua atuação em situações de inundação recentes, frisaram a importância da elaboração de um plano de emergência, de saber como implementá-lo e testá-lo através de exercícios e de sensibilizar também os pais. Alertaram ainda os jovens em relação a algumas das medidas apresentadas, como foi o caso do aumento da permeabilidade do solo (que deve ser decidido caso a caso, dependendo das condições específicas), e também da abertura das tampas de drenagem de esgotos, uma vez que estas podem estar ocultas pelo caudal da inundação e provocarem quedas perigosas.

Um dos professores levantou uma questão sobre uma das medidas identificadas pelo 9º ano, a construção de um bunker no terreno da escola. O Comandante dos Bombeiros Voluntários comentou que, embora tal ideia pudesse ser indicada para tornados, não seria adequada para inundações, sublinhando que algumas ideias, apesar de parecerem boas, precisam ser avaliadas tecnicamente. O Comandante da Proteção Civil acrescentou que se alguém entendesse o “bunker” como um pretexto para um lugar seguro, nesse caso as escolas deveriam ter “bunkers” para diferentes tipos de desastres. No caso de inundações, um lugar alto seria um “bunker” adequado.

As crianças e jovens colocaram seguidamente aos presentes algumas perguntas que tinham preparado previamente. Todas as perguntas foram respondidas pelos vários representantes institucionais. A Vereadora referiu que existe um plano de atividades anual com atividades para crianças que abrange todas as escolas do concelho. Em relação à proposta apresentada pelo 9º ano acerca dos clubes de proteção civil, acrescentou:

*E também queremos aproveitar e congratular essa excelente ideia que vocês tiveram, em relação aos clubes de proteção civil. Nós iremos depois nos reunir com os professores e convosco e levar isso avante, porque é extremamente importante a vossa envolvência, as vossas ideias, a vossa participação ativa, porque como o presidente disse, vocês são o nosso futuro, são os nossos diamantes, e a proteção civil começa em cada um de nós. E cada vez mais cedo, melhor! São todos bem-vindos. (Vereadora com o pelouro da Proteção Civil, transcrição do EAM, novembro de 2016)*

O Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários deixou finalmente a ideia de que os jovens deviam começar a mudar a cultura de segurança existente no país, procurando o conhecimento, sendo curiosos e tornando-se agentes responsáveis em situações de risco. A Vereadora com o pelouro da Proteção Civil frisou também que Albufeira tem outros riscos para além de inundações que também são motivo de preocupação, como por exemplo a queda de arribas. Face à pergunta dos jovens sobre se os elementos da Comissão de Proteção Civil se consideram heróis, respondeu que os verdadeiros heróis eram as crianças e jovens que participaram no evento, por estarem ali a partilharem as suas ideias com a comunidade.



**Fig. 3**

Fotografia do Exercício de Aprendizagem Mútua.

A sessão terminou com as declarações finais dos presentes:

*Eu gostei muito que vocês responderam às nossas perguntas e eu acho que a gente fez bem em perguntar e eu acho que vocês também fizeram bem em responder às perguntas.* (aluna do 4º ano, transcrição do EAM, novembro de 2016)

*Eu acho que nós retiramos algumas questões que tínhamos e que ficamos a perceber mais como é que funcionam os agentes de proteção no nosso município. E o que é que, que é que podemos ajudar e que vamos tentar procurar saber mais, sobre estas coisas.* Neste caso, das cheias. (aluna do 9º ano, transcrição do EAM, novembro de 2016)

*Dar voz às crianças é uma grande mais-valia para o nosso município e para toda a comunidade. É extremamente importante dar voz às crianças.* (Vereadora com o pelouro da Proteção Civil, transcrição do EAM, novembro de 2016)

*É bom saber que os nossos jovens se preocupam com o futuro do nosso planeta e com a segurança dos moradores do nosso município.* (Comandante Operacional do Serviço de Proteção Civil, transcrição do EAM, novembro de 2016)

A avaliação do EAM consistiu na realização de grupos focais com as crianças do 4º ano e no envio de um inquérito por questionário aos alunos do 9º ano, professores e representantes institucionais, bem como uma entrevista a técnicos do SMPC. As crianças avaliaram positivamente a experiência do EAM e a oportunidade de exprimirem as suas opiniões. Os jovens, apesar de também salientarem os aspetos positivos do EAM (dinamismo, aprendizagem, interconhecimento, participação), criticaram a receção menos favorável dos *stakeholders* a algumas das suas propostas. Professores e *stakeholders* registam também opiniões muito favoráveis sobre o EAM. Apesar de ser por alguns ainda privilegiada a dimensão educativa (“o projeto Cuidar trouxe muita informação nova /esclarecimentos aos alunos e deu-lhes preparação para saber agir nestas situações”), é notória alguma sensibilização para a importância da participação das crianças e jovens (“[o aspeto mais positivo foi] O empenhamento dos alunos do 4º e do 9º ano na colaboração com propostas e medidas de prevenção em caso de catástrofes naturais (inundações, terremotos, etc).”).

## 5. Discussão

Os resultados aqui apresentados permitem alguma reflexão sobre as dinâmicas e desafios da participação cidadã juvenil na redução do risco de catástrofe. Em primeiro lugar, há a referir que as crianças e jovens mostraram deter uma muito baixa consciencialização dos seus direitos em termos de participação, desconhecendo por exemplo a Convenção sobre os Direitos da Criança. Apesar de iniciativas como a eleição de alunos para o Conselho de Escola, para o Parlamento dos Jovens ou o recente orçamento participativo nas escolas, estão longe de ser amplamente divulgadas ou rotinizadas as oportunidades para as crianças e jovens serem ouvidos e as suas opiniões tomadas em conta nas decisões de assuntos que os afetam. Neste sentido, a redução de risco de catástrofe não é exceção. Apesar da multiplicação de iniciativas educativas sobre o risco (Burnside-Lawry e Carvalho, 2014; Delicado *et al.*, 2016), estas têm essencialmente uma natureza pedagógica e escassamente consultiva ou participativa.

O que os *workshops* do projeto Cuidar demonstram é que é possível promover atividades de consulta a crianças e jovens sobre a temática do risco de catástrofe, que estes conseguem expressar ideias e sugestões inovadoras, ancoradas na sua perspetiva própria sobre os seus contextos de vida (que podem estar ausentes dos planos oficiais), e que há uma vontade de participação, de envolvimento ativo na construção da resiliência das suas comunidades.

Mas os *workshops* também revelam as dificuldades de implementar mecanismos consultivos/participativos com crianças e jovens (dificuldades potencialmente extensíveis a outros grupos etários). Estes exercícios requerem tempo e uma presença continuada dos facilitadores nas escolas (ou outros contextos, como associações juvenis), em lugar de uma palestra de uma ou duas horas. Requerem trabalho com grupos de menores dimensões, em que todos têm oportunidade de falar e participar. Requerem flexibilidade para adaptar os conteúdos e atividades a grupos com diferentes capacidades, interesses, níveis de literacia, considerando que a diferentes níveis etários irão corresponder níveis de intervenção diferenciados, refletindo o desenvolvimento cognitivo e as vivências experienciadas por cada criança. Em suma, requerem a aceitação do facto que os processos participativos com crianças e jovens podem ser imprevisíveis e “desorganizados” (“messy”), com resultados inesperados (Larkins *et al.*, 2014).

Por outro lado, e do ponto de vista do desenvolvimento de políticas públicas, as iniciativas consultivas/participativas têm de ser consequentes, com efeitos práticos e visíveis. O EAM demonstrou a boa vontade dos *stakeholders* em dialogar com as crianças, as vantagens de cruzar os conhecimentos dos peritos com os dos cidadãos, os benefícios de criar espaços de interconhecimento e troca de experiências. No entanto, se não for dado qualquer seguimento às propostas apresentadas e discutidas, corre-se o risco de desmotivar a participação futura. Tal não implica, claro, aceitar toda e qualquer sugestão emanada dos cidadãos. Mas sim dar uma resposta clara às propostas, estudar a sua viabilidade e alternativas, adaptar e implementar as que se revelarem mais adequadas.

A replicação e rotinização deste tipo de mecanismos consultivos depende, pois, de dois fatores essenciais: a sensibilização dos responsáveis institucionais (nomeadamente serviços de proteção civil) para a relevância de incluir as crianças e jovens no planeamento da redução do risco de catástrofe e a existência de recursos - humanos, materiais, colaborações locais - para implementar estes mecanismos. Sem estas duas condições, a consulta às crianças resulta num exercício de valor pedagógico, mas que não resulta numa efetiva participação das mesmas nas políticas que lhes dizem respeito.

## 6. Conclusão

O direito das crianças à livre expressão e participação na tomada de decisões que lhes digam respeito é pela primeira vez enunciado na Convenção sobre os Direitos da Criança, que Portugal logo subscreveu em 1989. Porém, entre a afirmação do princípio genérico e a prática da cidadania infantil, em contextos e situações de vida concretos, mantém-se um claro fosso. O caso das catástrofes naturais e da gestão de riscos é um exemplo paradigmático dessa discrepância, ainda que protocolos internacionais recentes (como o Quadro de Sendai), ao defenderem a necessidade de incorporar as perspetivas dos cidadãos e a importância da educação das gerações mais novas naquele domínio, venham contribuindo para a consideração da importância do papel das crianças e jovens em formas de governança inclusiva.

Trata-se, afinal, de romper com a perspetiva tradicional, em que aqueles são vistos como vítimas de agentes externos e recetores passivos de ajuda e cuidado, para os encarar como sujeitos ativos e competentes, com um papel próprio a desempenhar nas diferentes fase de preparação, socorro e resposta a riscos. O projeto CUIDAR, apresentado neste artigo, partiu justamente de um trabalho consultivo com crianças e jovens e demonstra como é efetivamente interessante e útil dar-lhes voz. Revelam-se como parceiros competentes dos adultos na procura e divulgação de informação, e também no encontro de soluções para minorar os riscos de catástrofes na sua comunidade de pertença. Através deste exemplo, o projeto sublinha ainda a necessidade de sensibilizar as entidades responsáveis para uma auscultação consequente das crianças, que verifique a viabilidade e oportunidade de algumas das ideias propostas pelos jovens. Especificamente

na problemática das alterações climáticas existe ainda a vantagem de colocar na agenda das crianças medidas de adaptação decisivas num futuro próximo.

## Agradecimentos

O projeto Cuidar Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens é financiado pela Comissão Europeia através do Programa Horizonte 2020 (Grant Agreement n. 653 753). Agradecemos ainda toda a colaboração prestada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil de Albufeira e respetiva vereadora responsável, bem como a todas as crianças e jovens participantes, professores e responsáveis institucionais presentes no EAM.

## Referências

- Burnside-Lawry, J., Carvalho, L.** (2015). Building local level engagement in disaster risk reduction: A Portuguese case study. *Disaster Prevention and Management: An International Journal*, 24(1), 80–99.
- Delicado, A., Rowland, J., Fonseca, S., Almeida, A. N. de, Schmidt, L.** (2016). Including children in the governance of urban risks. International Conference on Urban Risks, Lisboa: Centro Europeu de Riscos Urbanos (EUR OPA).
- Fothergill, A., Peek L** (2006). Surviving catastrophe: A study of children in Hurricane Katrina. In *Learning from catastrophe: Quick response research in the wake of Hurricane Katrina*, Boulder: Institute of Behavioral Science, University of Colorado, 97–129.
- Larkins, C., Kiili, J., Palsanen, K.** (2014). A lattice of participation: reflecting on examples of children's and young people's collective engagement in influencing social welfare policies and practices. *European Journal of Social Work*, 17 (5), 718–736.
- Lopez, Y., Hayden, J., Cologon, K., Hadley, F.** (2012). Child participation and disaster risk reduction. *International Journal of Early Years Education*, 20(3), 300–308.
- Mitchell, P., Borchard, C.** (2014). Mainstreaming children's vulnerabilities and capacities into community-based adaptation to enhance impact. *Climate and Development*, 6 (4), 372–381
- Mort, M., Walker, M. Williams, A. L., Bingley, A., Howells, V.** (2016) *Children, Young People and Flooding: Recovery and Resilience*, Lancaster University
- Peek, L.** (2008) Children and disasters: Understanding vulnerability, developing capacities, and promoting resilience-an introduction. *Children Youth and Environments* 18(1): 1–29.
- Ronoh, S., Gaillard J., Marlowe J.** (2015) Children with disabilities and disaster preparedness: a case study of Christchurch. *Kōtuitui: New Zealand Journal of Social Sciences Online*, 10(2), 91–102.
- Tanner, T.** (2010) Shifting the Narrative: Child-led Responses to Climate Change and Disasters in El Salvador and the Philippines. *Children & Society* 24(4): 339–351.
- Tierney, K. J.** (2014) *The social roots of risk: producing disasters, promoting resilience*. Stanford: Stanford Business Books
- Towers, B., Haynes, K., Sewell, F., Bailie, H., & Cross, D.** (2014). Child-centred disaster risk reduction in Australia: Progress, gaps and opportunities. *Australian Journal of Emergency Management*, 29(1), 31–38.